

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.272 - AL (2019/0356529-9)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : ANDERSON DOMINGOS DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto em favor de ANDERSON DOMINGOS DOS SANTOS – preso em flagrante em 23/02/2019, pela suposta prática do crime do art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, cuja prisão foi convertida em preventiva no mesmo dia pelo Juízo da Vara Criminal da Capital/AL – contra acórdão da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, prolatado nos autos do HC 0803818-32.2019.8.02.0000, consoante a seguinte ementa:

*"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE ACUSADO DA PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. QUESTIONADA A PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. DECISÃO BEM FUNDAMENTADA E COM AMPLO ARRIMO NOS AUTOS. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA IMPUTADA AO PACIENTE. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CUSTÓDIA CAUTELAR NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS AO CÁRCERE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

*I - Os autos originários revelam periculosidade acentuada na conduta supostamente desempenhada pelo agente, que teria, juntamente com outro indivíduo, subtraído o celular da vítima mediante efetiva violência (puxão de cabelo).*

*II - Sobre o paciente recai concreto indicativo de reiteração delitiva, uma vez que já foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas, além de já ter respondido por atos infracionais quando menor.*

*III - O decreto prisional impugnado traz em seu bojo convincentes argumentos acerca da necessidade da manutenção da prisão preventiva do paciente, com fundamento na garantia da ordem pública, tendo em vista a acentuada gravidade em concreto da conduta imputada, a revelar especial periculosidade no suposto modo de agir do paciente, bem como o concreto risco de reiteração delitiva.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*IV - É assente nesta Câmara Criminal, na esteira do posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que as condições subjetivas favoráveis ostendadas pelo acusado não obstam a manutenção da segregação cautelar, quando presentes os seus requisitos legais, como acontece na hipótese em apreço.*

*V - O feito originário tramita em marcha regular, visto que a audiência de instrução e julgamento encontra-se marcada para o dia 02.10.2019. A propósito, destaque-se que o paciente permanece preso cautelarmente há cerca de 5 (cinco) meses, lapso temporal este compatível e proporcional com eventual reprimenda privativa de liberdade que vier a ser cominada em caso de condenação.*

*VI - Ordem conhecida e denegada." (fls. 166-167)*

Alega o Recorrente, em suma, sofrer constrangimento ilegal decorrente da ausência de fundamentos válidos para a prisão preventiva. Argumenta que (i) *"a suposta periculosidade abstrata do paciente ou do fato investigado, por si só, não permite a prisão automática"*; (ii) *"a simples indicação de que o paciente figura no polo passivo de outras ações penais em curso não pode ser fundamento válido para sustentar a prisão preventiva aqui atacada"*; (iii) *"e a gravidade do fato é circunstância que interessa somente à política criminal, ao legislador [...]. Não justifica, pois, a prisão provisória"* (fls. 181-182).

Assim, requer o provimento do recurso:

*" [...] para reformar o acórdão impugnado, concedendo de imediato a ordem de habeas corpus para o fim de seja cassada/revogada a decisão judicial que indeferiu o direito de o paciente responder ao processo em liberdade ou que seja concedida a liberdade provisória vinculada ao cumprimento de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, e, por consequência, seja determinada a expedição de alvará de soltura para colocá-lo imediatamente em liberdade.*

*Tendo em vista a presença dos requisitos legais que a autorizam, requer a concessão de medida liminar, suspendendo-se a eficácia da decisão que decretou a prisão preventiva até o julgamento de mérito do presente recurso." (fl. 183)*

É o relatório inicial.

Decido.

Em juízo prelibatório, vejo que não estão presentes os pressupostos para a concessão da tutela de urgência requerida, notadamente a plausibilidade do direito arguido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, extrai-se do acórdão impugnado, que convalidou a ordem de prisão cautelar, fundamentação válida e em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para garantia da ordem pública, por se tratar de réu *"que já foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas, além de já ter respondido por atos infracionais quando menor"* e em razão da *"acentuada gravidade em concreto da conduta imputada, a revelar especial periculosidade no suposto modo de agir do paciente, bem como o concreto risco de reiteração delitiva"* (fl. 166).

A propósito, *"o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão do modus operandi com que o crime fora praticado"* (RHC 115.818/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 30/10/2019).

Outrossim, a jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que *"a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva"* (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018).

Desse modo, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça de origem, que deverão vir acompanhadas da chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora